

# Curso de Extensão Semipresencial em Agroecologia: Inclusão Cidadã de Jovens do Campo pela Educação a Distância nos Territórios Maranhenses

## *Hybrid Extension Course in Agroecology: Citizen Inclusion of Rural Youth in Maranhão Territories through Distance Education*

ISSN 2177-8110  
DOI: 10.18264/eadf.v9i1.752

### Itaan de Jesus Pastor Santos<sup>1\*</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Maranhão.  
São Luis, MA – Brasil.  
[itaanps@gmail.com](mailto:itaanps@gmail.com)

### Ricardo Costa Gonçalves<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Secretaria de Estado de Educação do  
Maranhão. Pedreiras, MA – Brasil.

### Resumo

O presente artigo se propõe apresentar a concepção, finalidade, funcionamento e metodologia do Curso de Extensão Semipresencial em Agroecologia promovido pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Maranhão. O curso tem como objetivo formar jovens rurais de quatro territórios maranhenses para que possam desenvolver atividades produtivas na perspectiva agroecológica em suas comunidades de modo a garantir a segurança alimentar das suas famílias e manter a sustentabilidade ambiental dessas áreas. A metodologia inclui videoaulas, tempo de estudo na comunidade e práticas ministradas por técnicos do Núcleo. Mesmo com todas as dificuldades impostas pela falta de infraestrutura nos municípios e apoio das prefeituras municipais, o curso já apresenta resultados tanto relacionados ao processo de conscientização da importância do uso da Agroecologia como modelo de produção quanto na implantação de sistemas que geram alimentação e renda para as famílias dos jovens participantes do projeto.

**Palavras-chave:** Educação a distância. Agroecologia. Territórios rurais. Juventude rural.



Recebido 13/09/2019  
Aceito 11/11/2019  
Publicado 13/12/2019

### COMO CITAR ESTE ARTIGO

**ABNT:** SANTOS, I.J.P.; GONÇALVES, R.C. Curso de Extensão Semipresencial em Agroecologia: Inclusão Cidadã de Jovens do Campo pela Educação a Distância nos Territórios Maranhenses. EaD em Foco, V9, e752. 2019. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v9i1.752>

## **Hybrid Extension Course in Agroecology: Citizen Inclusion of Rural Youth in Maranhão Territories through Distance Education**

### *Abstract*

*This paper presents the conception, purpose, operation, and methodology of the hybrid course in Agroecology promoted by the Extension and Development Center of the State University of Maranhão. The course aims to prepare rural young people from four Maranhão rural territories to develop productive activities from an agro-ecological perspective in their communities to guarantee the food security of their families and maintain the environmental sustainability in their areas. The methodology includes video lessons, study time in the community, and practices taught by technicians of the Extension Center. Even with all difficulties imposed by lack of infrastructure and support from the counties and town hall, the course already shows results. The results are related to the process of understanding the importance of using the agroecology model in production and the implementation of systems that can generate food and income to the families of the participants in the project.*

**Keywords:** Distance Education. Agroecology. Rural territories. Rural youth.

## 1. Introdução

Nas áreas rurais do Maranhão, onde a pequena produção garante a alimentação e a renda das famílias moradoras, é a manutenção dos recursos naturais que garante o processo de desenvolvimento sustentável. Mesmo que os moradores usem o mínimo de recursos, a quantidade de famílias e a repetição das atividades nos locais acabam por impactar o ambiente, diminuindo o tempo de regeneração e recuperação do solo, da vegetação...

Desse modo passa a ser fundamental que os moradores decidam por incorporar nos seus métodos de produção práticas mais sustentáveis, que tenham menos impactos, mantendo ou aumentando, ao mesmo tempo, níveis de produtividade que garantam a alimentação dos membros das famílias e gerem excedentes para comercialização. Muitos jovens moradores do Território Rural Campos e Lagos já possuíam algum tipo de contato com a Agroecologia, mas sem organização didática e discussões teóricas que lhes permitissem sistematizar as informações disponíveis para gerar seus próprios sistemas.

A Educação a Distância tem importância social muito relevante, pois permite o acesso àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional presencial por habitarem locais distantes das escolas e universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula, uma vez que a Educação a Distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus locais de moradia.

A demanda ao o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (Labex) para capacitar jovens moradores das áreas rurais maranhenses exigiu um novo formato de curso no qual o Núcleo não possuía experiência. Mesmo sendo parte da estrutura do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), o Labex, criado em 2009, não tinha desenvolvido qualquer projeto em que a capacitação fosse sua atividade principal. O ensino, até então, havia sido diluído nos muitos projetos de extensão como atividades articuladas com pesquisa e desenvolvimento. Os seus professores são todos dos cursos de graduação presencial com pouquíssima experiência em Educação a Distância. No entanto, conside-

rando que o seu público principal é oriundo e morador das áreas rurais onde não há muitas alternativas de escolas regulares após o ciclo do ensino fundamental, a equipe sempre considerou que a Educação a Distância podia ser uma ótima alternativa para alcançar esse público, seja para a formação regular, seja para formação complementar – extremamente necessária nas condições existentes nessas áreas.

Para a juventude rural que mora em comunidades e assentamentos de reforma agrária e que não tem muitas oportunidades de acessar conhecimentos além daqueles passados pelas escolas de ensino médio existentes nas sedes do município e, às vezes, aquelas de nível fundamental existentes nas próprias comunidades por motivos diversos, a Educação a Distância pode ser o diferencial que permite a mudança nos níveis de vida; um curso que qualifique jovens rurais lhes dando novos conhecimentos e lhes permitindo acesso a novas tecnologias pode ser um grande diferencial.

O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido pelo Labex com a juventude do campo nos territórios rurais maranhenses, particularmente nos territórios Baixo Parnaíba, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses/Munim, Médio Mearim e Vale do Itapecuru. Essa juventude tem debatido e demandado diversas políticas públicas, dentre elas a de educação com especificidade para o campo. Uma dessas propostas gerou um curso de extensão em Agroecologia para alunos que estivessem cursando nível médio. Portanto, o que está apresentado expressa a análise dos resultados desse curso, em especial a metodologia proposta pela equipe do Labex, considerando o alcance e a lógica diferenciada da proposta e os resultados alcançados após sua finalização.

Para o desenvolvimento do artigo, apresentamos uma revisão de literatura sobre a Educação a Distância na segunda seção. Na terceira, caracterizamos a metodologia do curso desde seu processo de construção, passando pelo seu desenvolvimento até a sua finalização. Na conclusão apontamos os encaminhamentos criados pelo curso para proporcionar alternativas de atividades para os participantes.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo se assentou na utilização de métodos qualitativos por meio da seleção e análise de artigos científicos, análise do projeto pedagógico e narrativas de professores e alunos do curso.

## 2. A Educação a Distância no modelo semipresencial

Lima (2013) e Moore e Kearsley (2007) apontam que o estudo da Educação a Distância envolve aprendizado e ensino planejado em um lugar diferente do local do ensino, em que a comunicação e a interação ocorrem por meio de diversas tecnologias, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas.

Silva e Amorim (2013, p. 139), a partir de Peters (2003), afirmam que EaD é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através de aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, tanto quanto pelo uso extensivo de meios de comunicação especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo.

No âmbito da legislação, a Lei nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologia de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Neder (2005, p. 81) pontua que a EaD deve ser compreendida como uma modalidade de educação que permite o diálogo entre os sujeitos, na busca de construção de significados sociais, possibilitando a cons-

tuição, por isso mesmo, de um espaço, não necessariamente físico, de interlocução entre os sujeitos da ação educativa. Nesse trabalho nos aproximamos mais desse conceito.

É necessário ressaltar que a Educação a Distância não é nova; sua origem remonta à Antiguidade. O começo dessa história é marcado por práticas isoladas, mas importantes, em geral de cunho religioso. No processo de evangelização, fazia-se uso da escrita e dos meios para atingir outras localidades, desobrigando o missionário de se deslocar e rompendo, assim, com a educação por meio apenas da oralidade. A Educação a Distância acompanhou o desenvolvimento midiático; no entanto, nem sempre o surgimento de um novo suporte significou a substituição total do anterior. Baseado nisso, diversos estudiosos da Educação a Distância dividem o seu caminho conforme o meio utilizado na sua implementação.

Conforme Lima e Sousa (2015), Moore e Kearsley (2007) fazem parte dos estudiosos que classificam a EaD, na esfera mundial, em gerações. Eles sugerem cinco gerações distintas: a primeira é composta pelos cursos via correspondência, mediante o envio de material impresso; a segunda usa as transmissões via rádio e televisão; a terceira aparece com a criação das universidades abertas, no fim do século XX; a quarta utiliza as transmissões, via satélite, de vídeos e teleconferências; e, por último, a quinta geração consolida-se com o uso da internet e dos ambientes virtuais.

De acordo com Lima (2013, p. 118), a EaD no Brasil também pode ser classificada em gerações, mesmo que elas tenham ocorrido em períodos diferentes daqueles constados por Moore e Kearsley (2007). Segundo Lima (2013), desde o começo do século XX, no Brasil, existem registros de cursos por correspondência, o que caracteriza a primeira geração apresentada por Moore e Kearsley (2007). A segunda geração inicia-se no país, via rádio, em 1923, por uma instituição privada, e depois, nos anos 1970, com a transmissão de cursos por meio da TV. A terceira geração, caracterizada pela criação das universidades abertas, conforme a autora, ocorreu muito tardiamente, pois, enquanto nos países europeus elas já existiam desde as últimas décadas do século XX, no Brasil, apesar de a ideia de uma instituição de nível superior na modalidade a distância existir desde os anos 1970, sua criação de fato só se deu em 2006. A autora ressalta que a quarta e a quinta gerações ocorrem no Brasil antes mesmo da terceira e em momentos muito próximos, nos decênios de 1970 e 1980, respectivamente, com a oferta de cursos a distância, como o telecurso, por iniciativas privadas.

Observa-se que a EaD se consolidou no país antes de sua regulamentação formal, em uma lei específica para a educação, o que aconteceu somente em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9.304, de 20 de dezembro de 1996).

Depois de obter reconhecimento legal e normativo, a EaD ganhou ainda mais visibilidade na esfera da educação e das políticas públicas que lhe eram voltadas. Os números do Inep apontam que, entre os anos de 2002 e 2012, a modalidade cresceu cerca de 600%, enquanto o número de instituições superiores que ofereciam cursos a distância aumentou de 25 para 150 (Brasil/Inep, 2002/2012, apud LIMA; SOUSA, 2015).

Conforme as características da EaD enumeradas nas cinco gerações apresentadas, é possível perceber que essa modalidade necessariamente está vinculada a algum instrumento de mediação, como os serviços de postagem, as transmissões de rádio, TV e via satélite e atualmente a internet. Para consolidar os processos de ensino-aprendizagem a distância, alunos e professores sempre estiveram obrigatoriamente ligados por algum aparato tecnológico, sejam as mídias, sejam as tecnologias digitais, como ocorre hoje, devido ao distanciamento geográfico entre eles (LIMA; SOUSA, 2015).

Atualmente, a Educação a Distância tem acontecido principalmente a partir do uso da internet. Com isso, surgem os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA). Enquanto na modalidade presencial o ambiente de aprendizagem é a sala de aula, a escola, a universidade, na Educação a Distância, esse espaço para aprendizagem ocorre virtualmente.

Segundo Ganga e Vilarinho (2009), os AVA potencializam a relação professor(es)-aluno(s) direcionada para a aprendizagem de conteúdos. Os AVA são disponibilizados pela internet e destinam-se ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias digitais. Eles integram múltiplas mídias e variados recursos para facilitar a apresentação de informações e a interação entre pessoas e seus objetos de conhecimento. Essas autoras consideram que os AVA atendem a um dos princípios básicos da EaD, que é a flexibilidade na realização das atividades de estudo, ou seja, as pessoas podem fazê-las no seu ritmo próprio, usando o tempo que melhor lhe convier e no espaço em que se encontra.

Com o uso dos ambientes digitais virtuais na EaD, a aprendizagem pode se fazer de forma interativa, as distâncias espaço-temporais são rompidas, múltiplas atividades podem ser processadas, permitindo-se que docentes e alunos ultrapassem a mera disseminação de informações e tarefas definidas a priori. Com esses ambientes, a EaD torna-se um sistema aberto, com mecanismos de participação e descentralização flexíveis, com regras de controle discutidas pelas comunidades e decisões tomadas por grupos interdisciplinares (GANGA; VILARINHO, 2009). Além disso, os AVA tanto podem ser utilizados em processo de Educação a Distância totalmente online como em atividades semipresenciais ou de apoio à sala de aula tradicional.

Oliveira (2014, p. 586) afirma que o uso da Educação a Distância promove uma substancial mudança no ensino. Para a autora,

a educação permanente é uma das estratégias que possibilita construir um novo estilo na formação e que pode ser realizada através de trabalhos coletivos entre os docentes nas instituições de ensino. Dessa forma, a educação permanente vem atender às necessidades dos profissionais que são sujeitos de sua história e um ser crítico e ativo inserido no contexto de educação.

Em alguns cursos, o momento presencial é apenas o da avaliação final; outros têm aulas presenciais e atividades desenvolvidas em ambientes virtuais. Existem, ainda, cursos em que o momento presencial não ocorre, ou seja, a aprendizagem é exclusivamente mediada. A EaD pode, então, englobar aulas e atividades presenciais, semipresenciais (parte presencial, parte a distância) e apenas a distância (ou virtual). No sistema presencial em cursos regulares, em qualquer nível, professores e alunos se encontram sempre num local físico (a sala de aula); essa modalidade é denominada ensino convencional. No ensino semipresencial, parte das aulas é presencial e parte das atividades é desenvolvida virtualmente (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Para muitos autores, o intervalo entre as fronteiras das modalidades presencial e a distância deve diminuir cada vez mais ao longo dos próximos anos. Lemgruber (2009) aponta que cursos a distância recorrem a atividades presenciais como estratégia para conseguir melhor rendimento, aumentando o sentimento de fazer parte de um grupo, o que pode ser decisivo para evitar a evasão.

Essa possibilidade de aulas presenciais resolveria, em parte, o problema da distância entre os momentos de encontro entre os alunos. A aproximação do professor garante, em tese, que os alunos possam obter respostas e emitir perguntas diretamente àquela pessoa que possui o conhecimento e a experiência maior do assunto trabalhado, de modo que o modelo de Educação a Distância sem etapas presenciais deixa o aluno muito à mercê da sua capacidade de ser disciplinado. De acordo com Guarezi e Matos (2009), os conceitos de EaD mantêm em comum a separação física entre o professor e o aluno e a existência de tecnologias para mediar a comunicação e o processo de ensino-aprendizagem.

Esse modelo de educação é mediado por professores, tutores e tecnologias de informação e comunicação. O professor na atualidade deve assumir o papel de mediador e facilitador, apoiando, dando *feedback*,

orientando nas dúvidas e ajudando os alunos a progredir a partir dos estudos realizados por meio dos materiais instrucionais (MORAN, 2007). Nessa perspectiva, no ensino a distância o professor deve assumir outros papéis além de um educador que transfere conhecimento, passando a desempenhar papéis como formador, conceptor ou realizador de cursos e materiais didáticos. Para Lemgruber (2009), o professor tem múltiplos papéis e deve fazer parte de uma equipe ou assumir papéis diversos, figurando como uma equipe.

O professor tem a função de mediar o processo educativo, encaminhando o aluno, orientando-o para que este sinta-se motivado e consiga interagir com outros sujeitos envolvidos no processo, discutindo, refletindo, pesquisando e construindo assim novos e significativos conhecimentos (VIEIRA, 2011). Para Santos (2017), o tutor é um “educador que sugere novos caminhos, fomenta pensamentos e faz, de forma gradativa, a interação entre os conteúdos e as práticas, induzindo o aluno a criar e/ou repensar conceitos que, sem dúvida, são comparados aos do ensino presencial realizado pelo professor”.

A tutoria não tem formato único. A literatura especializada aponta diversas formas e concepções, de acordo com o modelo de concepção adotado. Para Ziéde et al. (2014), a dinâmica de ação do tutor depende da concepção de aprendizagem e do papel da docência determinado pelo projeto pedagógico do curso. Para Andrade (2009), o tutor deve ser visto como um professor a distância cujo papel vai além do processo de mediação de aprendizagem, atingindo também questões emocionais e motivacionais.

No caso do modelo semipresencial, há uma combinação de conceitos da Educação a Distância, como comunidades virtuais, autonomia, aprendizagem colaborativa e comunicação síncrona e assíncrona, com a prática da sala de aula. Para Moran (2004), essa prática vai influenciar e modificar a modalidade presencial, desenhando uma nova sala de aula, com uma metodologia nova, híbrida e integrada.

### 3. O curso semipresencial de extensão em Agroecologia

Para melhor compreender a lógica e o funcionamento do curso, apresentaremos o Núcleo responsável e todo o seu processo de construção e desenvolvimento.

#### 3.1 O Núcleo de Extensão e Desenvolvimento

O Labex é um órgão vinculado ao Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi criado em 2009 como Laboratório de Extensão Rural, e passou à condição de núcleo em 2016. Ao longo desses anos, o Labex vem desenvolvendo vários projetos em pelo menos três territórios maranhenses (Campo e Lagos, Lençóis Maranhenses/Munin e Vale do Itapecuru).

O Núcleo está instalado no prédio do curso de Agronomia – o mesmo prédio onde fica localizado o CCA. Compõem o corpo técnico do Núcleo, com atuação direta em todos os seus projetos, cinco professores doutores efetivos da UEMA. Fazem parte também cinco técnicos que se revezam nas várias atividades desenvolvidas ao longo do período. Também participam alunos da pós-graduação dos programas de Agroecologia e de Desenvolvimento Socioespacial e Territorial, com quem o Labex mantém parcerias. São vários alunos da graduação; em 2016, esse número chegou próximo a 200.

A partir de 2010, quando passou a executar o Projeto Células, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Territorial, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), passou a priorizar três públicos parceiros principais, por indicação do próprio MDA: mulheres, juventude rural e educação do campo. O conjunto da juventude desses municípios relacionados ao programa pode ser tratado como rural, considerando todo o debate sobre a dicotomia urbano versus rural e a pouca capacidade de conseguir fazer a distinção entre esses dois espaços e suas respectivas populações.

A partir desse debate, o Labex voltou seu olhar para os grupos juvenis existentes nos três territórios. Foram identificados muitos desses grupos, desde os grêmios estudantis, grupos esportivos e culturais, grupos religiosos e políticos nas áreas urbanas a jovens rurais vinculados aos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e colônia de pescadores. No território de Campos e Lagos observou-se uma contradição relacionada à falta de oportunidades para os jovens obterem trabalho e renda, pois ao mesmo tempo que assumem que querem se manter no campo por não conseguirem alcançar essa condição, abandonam as casas dos pais e migram para outras localidades onde conseguem empregos temporários e obtêm a renda tão necessária e tão desejada.

Esses jovens, na busca de encontrar alternativas nas atividades multifuncionais da agricultura familiar, articulam projetos na área de produção agrícola e pecuária, na área de agroindústria, no comércio, no turismo. Essas alternativas de atividades que os jovens desenvolvem necessitam apenas de apoios que permitam que essas ações sejam potencializadas em prol deles.

Foi nessa perspectiva que, em 2016, o Fórum de Juventude do município de São João Batista, por sua coordenação, propôs ao Labex a realização de um curso de formação em Agroecologia para jovens rurais. A coordenação desse Fórum entendia que os modelos de produção convencional e tradicional estão esgotando a capacidade produtiva dos solos e que, se a juventude continuar cometendo os erros cometidos pelos seus pais, o esgotamento irá provocar uma migração maior do que acontece na atualidade. É a partir da proposta de São João Batista (território Campos e Lagos) que se origina a ideia de realização do Curso Semipresencial de Extensão em Agroecologia. Quando da discussão do projeto, o Labex ampliou essa ideia para os outros territórios (Lençóis Maranhenses/Munin, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba).

### 3.2. A Proposta de um Curso Semipresencial

Quando foi demandada para ministrar o curso de Agroecologia, a equipe do Labex considerou que haveria muitas dificuldades em realizar as aulas em função da distância do município de São João Batista para a capital – 184 km – onde está instalado o câmpus principal da UEMA. Também foi discutido que seria muito discriminatório ministrar o curso para jovens de apenas um município, quando o Núcleo desenvolvia trabalhos em um território com 12 municípios. Buscar alternativas para atender essa demanda gerou muitas pesquisas e discussões.

A equipe acordou que deviam ser atendidos todos os jovens do território e não apenas de São João Batista. Para que isso pudesse acontecer, a única possibilidade era trabalhar com ensino a distância. Para tanto seria necessária uma parceria com o Núcleo de Tecnologias para Educação da Uema – UemaNet. Esse Núcleo existe na UEMA desde 2000 e é responsável pela concepção, intermediação, gestão, avaliação e difusão de projetos educacionais na modalidade a distância. No entanto, o modelo realizado pelo UemaNet era eminentemente a distância e não resolveria algumas questões apresentadas, entre as quais o acompanhamento dos alunos.

Desse modo, a equipe do Labex elaborou uma proposta que, mesmo seguindo as diretrizes gerais propostas pelo UemaNet, foi direcionado para um modelo de curso semipresencial. Nessa proposta, a equipe do Labex passaria a executar atividades práticas na sequência das videoaulas gravadas no modelo utilizado pela UemaNet para todos os seus cursos.

A proposta, portanto, teria dois momentos. O primeiro seria utilizado para que os alunos participassem de uma sessão de videoaulas; o segundo momento seria reservado para as práticas. Essa proposta foi levada para uma rodada de discussão nos municípios de São João Batista, Matinha e Viana. As discussões provocaram adequações na proposta original. Como articular esses dois momentos? Como essas atividades seriam aproveitadas por cada aluno em cada município? Seria necessário um terceiro momento, intermediário a esses dois apresentados pela equipe do Labex para o estudo em casa. Ao final dessa



rodada, o curso ganhou uma face diferente, com três momentos. O primeiro, das videoaulas; o segundo, para o estudo em casa; e o terceiro, dedicado às aulas práticas.

Havia um problema a ser resolvido com o UemaNet e alguns outros que dependiam apenas do Labex, além daqueles que precisavam ser resolvidos pelos municípios. A questão com o UemaNet estava relacionada à dinâmica das videoaulas, pois a metodologia de repasse dessas aulas exigia uma sala de aula equipada com computadores ligados à internet para que cada aluno pudesse utilizar um computador individual e assim poder interagir com os monitores a distância que estariam a postos na data e horário previamente definidos pela direção do respectivo curso. Esse era um problema a ser enfrentado, considerando que nos municípios onde o curso poderia ser ministrado não haveria essa infraestrutura disponível. A solução, depois de algumas semanas de discussão, foi utilizar as estruturas disponíveis, como computador, datashow e caixa de som, pois assim seria possível uma apresentação para todos os alunos ao mesmo tempo.

As questões com o Labex estavam relacionadas aos professores e às práticas. Considerando que o curso era de Agroecologia e que o Centro de Ciências Agrárias possuía um Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, poderia haver a facilidade de encontrar professores para preparar e ministrar as disciplinas, tanto as videoaulas quanto as aulas práticas. No entanto, a falta de tempo e a pouca experiência de quase todos os professores no trabalho com alunos do ensino médio dificultaram em muito para o Labex contar com esses professores. O caminho para resolver esse problema foi buscar o apoio de técnicos que eram parceiros do Labex de outros projetos e que puderam se somar aos professores e técnicos da própria equipe.

Quanto às práticas, a situação era mais complicada. A dinâmica do curso estava sendo montada para que houvesse uma disciplina por mês; assim, seria necessário que a cada mês fossem deslocados 24 técnicos – ou mesmo professores – para os municípios. Com certeza essa seria uma logística muito difícil, considerando que não haveria técnicos suficientes para a execução dessa quantidade de aulas, especialmente porque cada disciplina tinha um conteúdo diferente. Para resolver essa problemática foi necessária uma articulação com os alunos do programa de pós-graduação em Agroecologia. Então, além dos professores e técnicos do Labex, seriam pelo menos dez estudantes de mestrado ou doutorado de Agroecologia os responsáveis pelas práticas.

Com os municípios foi preciso acertar a funcionalidade do curso, pois seria no local onde os alunos iriam receber as aulas. Havia a necessidade de um monitor que acompanhasse todas as atividades desenvolvidas, incluindo os trabalhos desenvolvidos pelos alunos durante o período do tempo comunidade. Para resolver a definição dos monitores, as prefeituras teriam duas possibilidades. A primeira era relacionar um técnico que já fizesse parte da equipe da Secretaria de Agricultura ou da Secretaria de Juventude, pois assim não haveria necessidade de contratar uma pessoa externa. Não havendo um técnico com essas características, seria necessária a contratação de um técnico para o papel de monitor.

Além do monitor, o município precisava encaminhar soluções para o espaço físico e os equipamentos onde o curso deveria funcionar, além do transporte e da alimentação para os alunos nos dias das videoaulas. Nas aulas práticas não haveria necessidade de salas de aula, já que estariam acontecendo nas comunidades onde houvesse algum sistema de produção relacionado com a disciplina em execução. Os acordos fechados com as prefeituras municipais definiram que cada prefeitura identificaria, através do monitor, uma sala de aula onde o curso pudesse ser ministrado e pudesse ter condições de receber os equipamentos (computador, datashow e caixa de som).

### 3.3 A Seleção dos Municípios e a Seleção dos Alunos

Quando concluiu a proposta preliminar, a equipe Labex decidiu propor o curso a todos os municípios da sua base territorial. Depois de bem avaliar, 24 municípios assumiram querer executar o curso, incluindo Pedreiras (território Médio Mearim), que não era da área de atuação do Núcleo.



Considerando todas as dificuldades que os municípios teriam para organizar um curso como esse, decidiu-se que os requisitos para ingresso dos alunos deveriam ser facilitados ao máximo, seja na inscrição, seja na seleção. Apenas duas exigências foram definidas para a inscrição: a primeira seria ter cursado ou estar cursando o ensino médio; a segunda era a comprovação de que o aluno residia no município onde estaria se inscrevendo.

Quando o número de inscritos fosse maior que 30 (que seria o número de vagas disponíveis para cada município) o município deveria fazer uma seleção para que ficasse apenas o número estabelecido pela coordenação do curso. Para a seleção, a coordenação estabeleceu três critérios. O primeiro exigia que o aluno deveria ser morador da zona rural. Esse critério definia que os alunos não poderiam morar em áreas urbanas, já que a proposta do curso considerava que, ao final, cada participante precisava estar desenvolvendo um projeto com capacidade de gerar renda suficiente para sua manutenção e, se possível, da sua família. O complemento desse item estava no segundo critério, que exigia dos alunos já estar trabalhando em alguma atividade agropecuária que relacionasse a exigência a um conhecimento mínimo sobre o tema que estabeleceriam para os seus respectivos projetos. Acrescentava-se aos dois primeiros a obrigatoriedade do aluno de assinar um termo de compromisso para seguir no curso até o final.

### 3.4. O Currículo do Curso

Para Moreira e Candau (2006), o currículo é um conjunto de práticas que proporcionam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem intensamente para a construção de identidades sociais e culturais. O currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do(a) estudante.

Um currículo de um curso de Agroecologia voltado para a juventude rural, nessas condições, deveria, portanto, refletir as práticas socialmente construídas nas comunidades rurais e, a partir delas, proporcionar condições para que o aluno possa alcançar mundos para além do seu cotidiano, criando e ampliando de forma cada vez mais excêntrica de forma a ganhar conhecimentos e se tornar ativo na produção do seu próprio conhecimento.

Pensando nessas características, a proposta do currículo se baseou na lógica produtiva existente nas comunidades rurais maranhenses. Foram identificadas todas as principais atividades desenvolvidas nos territórios de atuação do Labex e a partir dessas atividades foram organizadas as disciplinas que seriam trabalhadas dentro de perspectivas agroecológicas, sem preocupação com uma ordem sequencial; levando em consideração que seria importante o entendimento do ensino a distância e da Agroecologia, a estrutura curricular ficou assim: Educação a Distância; Agroecologia; Sistemas Agroflorestais; Manejo do Roçado; Criação de Animais de Pequeno Porte; Ambiente e Sustentabilidade; Economia da Agricultura Familiar; Solos para Agroecologia; Fruticultura e Extrativismo; Criação de Ruminantes; Horticultura; Piscicultura; Comercialização, Associativismo e Cooperativismo; e Seminários. A primeira (Educação a Distância) e a última (Seminários) disciplina foram estruturadas para serem disciplinas especiais. As outras seriam ministradas mensalmente, de forma que o curso teria a duração de um ano.

### 3.5 Como o Curso Vem Funcionando

O curso iniciou com um lançamento oficial feito a partir de São Luís pela plataforma do UemaNet. Com a presença do vice-reitor e da diretora do Centro de Ciências Agrárias, foi feita uma apresentação do curso pelo gerente do Labex; em seguida houve uma palestra sobre Educação a Distância.

A partir do primeiro mês, as disciplinas foram sendo ministradas dentro do prazo proposto pela equipe do Labex. A execução de cada disciplina passa por um longo processo que envolve desde a preparação dos professores para a gravação das aulas até a prática feita em cada um dos municípios. A organização

feita pelo Labex ficou dependente de muitas parcerias, e o tempo e a disponibilidade desses parceiros muitas vezes nesse período não puderam estar completamente à disposição do curso.

As questões que envolveram o UemaNet estiveram relacionadas à sua programação, considerando que o curso de extensão em Agroecologia não faz parte da sua grade. Assim, considerando a especificidade do curso, que foge, em parte, à tipologia dos programas existentes naquele Núcleo, o curso de Agroecologia acabou por ficar fora da agenda comum, de modo que a gravação das aulas fica incluída nos espaços disponíveis, mas nem sempre no prazo adequado para que seja possível ao Labex cumprir a proposta do plano de curso. Outro problema que o UemaNet não conseguiu resolver foi a possibilidade de disponibilizar uma sala de vídeo com acesso à plataforma para que as videoaulas pudessem ser feitas com a participação dos professores e da equipe técnica do Labex.

O curso recebeu uma página na plataforma do UemaNet, e as aulas gravadas foram sendo dispostas juntamente com os materiais de apoio que cada professor liberou para ser usado durante o período em que a disciplina estivesse acontecendo. Cada monitor recebeu uma senha para poder acessar os materiais e desenvolver as aulas nos seus respectivos municípios. Nesse momento também tivemos um problema, agora relacionado à falta de conhecimento da tecnologia por parte dos monitores, pois muitos deles nunca tinham usado a plataforma, e, por mais que tenham recebido um treinamento, não foi o suficiente para que pudessem usar a estrutura disponível de forma a desenvolver as disciplinas adequadamente.

Nas primeiras disciplinas, a coordenação do Labex estabeleceu uma programação em que as videoaulas eram apresentadas na primeira semana de cada mês entre a metade (quarta-feira) e o fim de semana (sábado). Utilizando transportes escolares ou transportes alternativos, os monitores traziam os alunos das suas respectivas comunidades e os colocavam em salas previamente definidas e organizadas nas sedes dos municípios. Os alunos ficavam durante oito horas entre as videoaulas e rodas de conversa coordenadas pelos monitores. Nessa etapa o professor da disciplina, apoiado por uma equipe de estudantes de graduação e pós-graduação organizada pelo Labex, deveria estar na sala de vídeo do UemaNet para trocar informações com os monitores e responder às perguntas propostas pelos estudantes. A dificuldade do UemaNet para disponibilizar a sala de vídeo obrigou a coordenação do Labex a improvisar meios de comunicação alternativos para atender os alunos e os monitores. O Skype foi o meio escolhido para alguns monitores que tinham conhecimento dessa tecnologia, mas o mais comum foi o celular, com apoio do WhatsApp. A dificuldade de acesso à comunicação em tempo real entre professores, estudantes e monitores não impediu que as aulas ocorressem, mesmo que muitas questões ficassem em aberto, sem resposta, especialmente para algumas turmas de alguns municípios onde a internet não tinha velocidade suficiente para atender as demandas criadas pelas disciplinas.

A segunda parte do mês deveria ser dedicada pelos alunos a desenvolver as atividades complementares nas suas áreas e comunidades. A proposta estabelecida no projeto dizia que essa etapa deveria seguir à semelhança do período denominado “tempo comunidade” da Pedagogia da alternância, ou seja, os alunos deveriam, nesse período, pôr em prática o que havia sido aprendido durante as videoaulas. Devemos lembrar que o Labex havia ficado responsável por distribuir apostilas das diversas disciplinas para os municípios. Assim, cada aluno deveria receber uma apostila ao final de cada videoaula. Aqui tivemos outra dificuldade relacionada ao acesso dos monitores a essas apostilas, pois para os municípios mais distantes havia muita dificuldade para apanhar e transportar essas apostilas de São Luís para as suas áreas. Em todas as disciplinas alguns monitores conseguiam ir ou mandar apanhar as apostilas, mas outros monitores não conseguiam, de modo que havia alunos que recebiam apostilas e outros que não recebiam. A fórmula encontrada pela equipe Labex foi organizar transporte por grupos de municípios e encaminhar as apostilas para todos os municípios no mesmo período.

Mesmo assim, resolvido o problema da entrega das apostilas, ainda ficaram duas questões difíceis de serem encaminhadas em relação ao tempo comunidade. A primeira partia da dificuldade de alguns monitores, especificamente daqueles que não tinham formação na área agrícola, que liam, mas não con-

seguiram analisar com os alunos os textos das apostilas. Com isso, e sem uma dinâmica de facilitação, os alunos tiveram muitas dificuldades para transferir os conhecimentos dessas apostilas para a prática das suas áreas. Além disso, os alunos possuem certa dificuldade de leitura, por falta do incentivo que é natural entre alunos que moram e estudam nas áreas rurais. Essa situação não tem sido resolvida, pois não há como resolver esse tipo de situação em curto prazo. Alguns monitores estabeleceram releituras das apostilas mais de uma vez para minimizar essa problemática, pois era uma forma de aprendizado também para os próprios monitores.

A última parte do mês seria dedicada às atividades práticas. A equipe Labex acordou com todos os municípios para que, nas disciplinas em que o município tivesse um técnico com conhecimento para conduzir a prática, não seria necessário que a coordenação do Núcleo enviasse um membro da equipe para fazer a devida condução, o que só aconteceria se a equipe local estivesse desprovida desse nível de qualificação. Dos 24 municípios, em sete foram identificados técnicos capazes de assumir a responsabilidade pela condução das aulas práticas; se não todas, pelo menos parte delas. Para facilitar a organização das equipes locais e o planejamento do Labex, foram organizadas duas datas em fins de semana consecutivos para que as aulas pudessem ser ministradas com todos os municípios sendo atendidos. Assim, formaram-se dois circuitos de viagens para as aulas práticas na primeira semana: o primeiro com os municípios dos Lençóis Maranhenses/Munin (Rosário, Morros, Icatu, Santo Amaro, Barreirinhas e Paulino Neves), além de Água Doce, que faz parte do Baixo Parnaíba; e o segundo com os municípios do Baixo Parnaíba (Santa Quitéria, Milagres, São Benedito do Rio Preto, Belágua e Urbano Santos), além de Vargem Grande, que faz parte do Vale do Itapecuru. No segundo fim de semana podiam ser feitos um ou dois circuitos, dependendo do número de municípios que precisavam dos técnicos do Labex. Com dois circuitos, o primeiro passava pelo Vale do Itapecuru (Matões do Norte e Cantanhede) e seguia até Pedreiras; o segundo passava por todos os municípios dos Campos e Lagos (Vitória do Mearim, Viana, Penalva, Matinha, Pedro do Rosário, Olinda Nova, São João Batista e São Vicente de Ferrer). No caso deste último território, que tem oito municípios participando do curso, fazer um único circuito só era possível porque alguns municípios faziam as aulas juntos.

As atividades práticas foram feitas, portanto, por dois grupos de técnicos: aqueles dos próprios municípios e os técnicos da equipe do Labex. No primeiro caso, temos acompanhado de duas formas: através de informações dos monitores e através dos próprios alunos, quando a equipe executa o seminário de avaliação em cada município. Para que os técnicos desses municípios pudessem ministrar essas aulas, a equipe do Labex encaminhava os respectivos protocolos e o professor da disciplina conversava por telefone com cada um desses técnicos para explicar as atividades e tirar as dúvidas. No segundo caso, os professores treinavam os técnicos no Labex, de modo que todos tivessem capacidade técnica de ministrar as práticas dentro da programação estabelecida.

Além das atividades citadas, o projeto do curso contemplava uma disciplina sob a denominação de Seminários. A proposta era fazer uma avaliação do curso em cada município *in loco*. A equipe do Labex se deslocaria para cada município e faria um seminário com a participação dos alunos e de todos os envolvidos. A equipe foi acordando com cada monitor, em cada município, e, após a execução das três primeiras disciplinas, passou a organizar os seminários, que puderam dar a exata noção de como cada município estava conduzindo o curso, de quanto os alunos estavam apreendendo dos conhecimentos repassados em cada disciplina, da capacidade técnica e pedagógica de cada monitor e das condições de continuidade do curso. Além de tudo, a equipe aproveitava para discutir os projetos que cada aluno deveria elaborar ao final do curso. Muitos alunos não haviam definido os seus projetos e possuíam muita dificuldade para organizar uma proposta que fosse viável tanto do ponto de vista técnico quanto fundiário ou econômico.

## 4. Considerações finais

O Curso de Extensão Semipresencial em Agroecologia resultou de uma demanda de um grupo de jovens de um pequeno município do Território Rural Campos e Lagos. Deu seus primeiros passos a partir do destemor da equipe do Labex, que acreditou ser possível criar um programa que, do interior da academia, sem qualquer referência existente de cursos semipresenciais voltados para jovens do ensino médio, alcançasse de forma tão significativa os cerca de 750 jovens de 24 municípios maranhenses. E foi catapultado pela grande dinâmica dos monitores de cada município, que desenvolveram todo o suporte necessário para que os alunos sem nenhuma base de conhecimento agroecológico pudessem ser capazes de acompanhar todas as aulas.

Na sequência das atividades atuais o curso, que vem sendo muito bem avaliado, segue criando alternativas não apenas em função da proposta curricular estabelecida quando da sua institucionalização, mas com outras opções que vão da inclusão de disciplinas especiais até a inserção de novas turmas em novos municípios.

Neste momento, uma nova disciplina já foi gestada e está para ser implantada na turma de Santo Amaro. Trata-se de uma disciplina sobre Turismo de Experiência, elaborada por uma turismóloga, parceira do Labex e que conhece bem a região. A proposta dessa disciplina é proporcionar aos alunos daquele município, que já tem o turismo como sua principal atividade econômica, alternativas para aproveitar esse turismo e fomentar renda que possa potencializar não só as condições de vida das famílias como as suas próprias comunidades.

Outro município (Poção de Pedras) fora da área de atuação do Labex<sup>1</sup> apresentou uma proposta para que o curso pudesse ser implantado ali. Mesmo admitindo que a execução seja bastante complicada em função da distância, as condições apresentadas acabaram por convencer a equipe e o curso passará a ser executado fora do cronograma dos outros municípios, seguindo, no entanto, o mesmo modelo.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, E. M. de. As práticas pedagógicas do tutor na educação a distância. In: **Anais do IX SEMINÁRIO PEDAGOGIA EM DEBATE e IV COLÓQUIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2009.
- BERNARDO, V. **Educação a distância**: fundamentos. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Disponível em: <http://www.virtual.epm.br/material/tis/enf/apostila.htm#> introdução. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em 24 jul. 2018.
- GANGA, L. L. S.; VILARINHO, L. R. G. **A docência em ambientes virtuais de aprendizagem**: reinventando a formação e a prática pedagógica. In: ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (7º E-TIC). Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://etic2009.files.wordpress.com/2009/09/lana.pdf>.

<sup>1</sup> Poção de Pedras fica no Médio Mearim.

- GONÇALVES, B. M. F. **Mooc e b-learning: uma proposta para o mestrado em TIC na Educação e Formação do Instituto Politécnico de Bragança**. Dissertação (mestrado em TIC na Educação e Formação), Escola Superior de Educação de Bragança. Bragança, 2013.
- GUAREZI, R. M.; MATOS, M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.
- HERMIDA, J. F.; BONFIM, C. R. de S. **A educação a distância: história, concepções e perspectivas**. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.
- LABEX/UEMA. **Curso de Extensão em Agroecologia na Modalidade Semipresencial**. Núcleo de Extensão e Desenvolvimento – Labex. São Luís, 2017.
- LEMGRUBER, M. S. Educação a distância: expansão, regulamentação e mediação docente. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 145-159, mar./ago. 2009. Acesso em: 18 de jul. 2018.
- LIMA, D. C. B. P. **Políticas públicas de EaD no ensino superior: uma análise a partir das capacidades do Estado**. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- LIMA, D. C. B. P.; TOSCHI, M. S. Formação de professores: estratégias cognitivas do docente na aprendizagem de um software de autoria. In: RODRIGUES, C. A. C.; FARIA, J. G.; CALAÇA, G. L. M. S. **Educação, comunicação, mídias e tecnologias: processos de formação acadêmica**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.
- LIMA, D. C. B. P.; SOUSA, L. S. L. Educação a Distância (EaD): processos de mediação e uso das tecnologias em uma abordagem transdisciplinar. **EaD em foco – Revista Científica em Educação a Distância**, v. 5, n. 3, 2015. Disponível em: <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/317/155>.
- MORAN, J. MI. **O que é educação a distância**. Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- MORAN, J. MI. **Os modelos educacionais na aprendizagem on-line**. 2007. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/modelos.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- MORAN, J. M. **Proposta de mudança nos cursos presenciais com a educação on-line**. 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/153-TC.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- NEDER, Maria. L. C. A educação a distância e a formação de professores: possibilidades de mudança paradigmática. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a distância: sobre discursos e práticas**. Brasília: Liber Livro, 2005. p. 47-87.
- OLIVEIRA, M. A. N. Educação a distância como estratégia para a educação permanente em saúde: possibilidades e desafios. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 60, n. 5, p. 585-589, 2007.
- PORTAL DO UEMANET. **Núcleo de Tecnologia para Educação**. Disponível em: <http://www.uemanet.uema.br/>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- SANCHO, J. Maria et al. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- SANTOS, A. F. dos. **O tutor: atribuições na mediação em EaD**. Dissertação (mestrado), Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2017.
- SILVA, J. A. M.; AMORIM, W. L. Abordagem histórica e contribuições do NEAD/UFMA: a educação a distância no estado do Maranhão. **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão, v. 7, n. 11, p. 137-148, jan./jun., 2019. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/viewFile/1634/1228>

- VIEIRA, R. S. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância: um estudo sobre a percepção do professor/tutor. **Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância**, v. 10, 2011. Disponível em: [http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/artigo\\_05.pdf](http://seer.abed.net.br/edicoes/2011/artigo_05.pdf). Acesso em: 18 jul. 2018.
- ZIEDE, M. L. et al. A tutoria no curso de Pedagogia a distância da UFRGS. In: NOVAK, Silvestre; ARAGÓN, Rosane; ZIEDE, Mariangela L.; MENEZES, C. S. **Aprendizagem em rede na educação a distância: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. Série EAD.